



OF/SGM/270/2025

Caxias do Sul, 29 de agosto de 2025.

Senhor Presidente,

Submetemos à deliberação desse Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei Complementar que Atualiza e redefine os padrões salariais dos cargos de provimento efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) e dá outras providências.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente em 29/08/2025 às 16:36
ADILÓ DIDOMENICO - Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor
Vereadora Lucas Caregnato,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.
Nesta Cidade.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo atualizar e redefinir os padrões salariais dos cargos de provimento efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) e estabelecer diretrizes para a valorização dos servidores públicos municipais.

1. Contextualização e Justificativa

A presente iniciativa fundamenta-se em uma série de necessidades e objetivos estratégicos, alinhados às legislações vigentes, incluindo:

- a. **Lei n.º 2.267, de 31 de dezembro de 1975**, que instituiu o sistema de classificação de cargos, reorganizou quadros de pessoal e definiu planos de promoções e pagamentos; e
- b. **Lei Complementar n.º 499, de 15 de dezembro de 2015**, que definiu o sistema de classificação de cargos e estabeleceu novos planos de pagamento.

A reformulação proposta visa à criação de uma tabela única salarial, promovendo a isonomia salarial entre os cargos que desempenham as mesmas atividades, nivelada pelo valor hora de cada padrão vencimental, valorizando o servidor público e qualificando a prestação dos serviços públicos municipais.

2. Objetivos da Proposta

O projeto busca:

- a) atualizar e redefinir os padrões salariais, com base em estudos técnicos que consideram a complexidade, responsabilidades e escolaridade exigidas para cada cargo;
- b) instituir uma tabela única salarial, promovendo clareza e uniformidade na estrutura remuneratória;
- c) implementar uma política de valorização do servidor público, refletida em incrementos remuneratórios programados até 2031.

3. Benefícios e Impactos Esperados

A reestruturação salarial e administrativa proporcionará:

- a. melhoria na qualidade de vida dos servidores, motivando-os a desempenhar suas funções com maior eficiência;
- b. adequação à realidade financeira do Município, com uma implementação escalonada que assegura sustentabilidade orçamentária; e
- c. valorização do serviço público municipal, atraindo e retendo talentos qualificados.



4. Implementação e Escalonamento

A aplicação das mudanças seguirá cronograma gradativo, conforme especificado no art. 2º da minuta do projeto, garantindo um impacto financeiro diluído, com reajustes anuais vinculados à inflação e incrementos progressivos.

Conclusão

A implementação deste projeto reafirma o compromisso da Administração Municipal com a eficiência administrativa e a valorização dos servidores públicos, alinhando-se às diretrizes do Plano de Governo. Ressalta-se que esta medida resulta de acordo firmado com o Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul – SINDSERV, consolidando-se como uma resposta concreta às demandas da categoria.

Como forma de equilíbrio e responsabilidade fiscal, a compensação decorrente desta iniciativa será realizada por meio da redução proporcional das horas extraordinárias, sem prejuízo à continuidade e à qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, conta-se com o engajamento e a dedicação dos servidores, a fim de que, com esforço coletivo, seja possível assegurar uma gestão pública moderna, justa e comprometida com a excelência no atendimento à população.

Pelas considerações acima expostas, ficamos na expectativa da aprovação da presente mensagem, permanecendo à disposição para os esclarecimentos que porventura se fizerem necessários.

Caxias do Sul, 29 de agosto de 2025; 150º da Colonização e 135º da Emancipação Política.

Documento assinado eletronicamente em 29/08/2025 às 16:36

ADILÓ DIDOMENICO - Prefeito Municipal

Protocolado em 29/08/2025 16:43

Disponibilizado em 29/Agosto/2025

Comissões: CCJL, CDEFOT - 29/08/2025

O documento pode ter sua autenticidade comprovada pelo link <https://legix.camaracaxias.rs.gov.br/legix/integracaoWeb.do?alvo=autenticidade-documento&identificadorDocumento=A1269.36.2025> ou acessando <https://legix.camaracaxias.rs.gov.br/legix/integracaoWeb.do?alvo=autenticidade-documento> e digitando o código de documento A1269.36.2025.



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 29/2025

LEI COMPLEMENTAR Nº, DE, DE DE

Atualiza e redefine os padrões salariais dos cargos de provimento efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidos os novos padrões salariais dos cargos de provimento efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, conforme Anexo I.

Parágrafo único. A redefinição de padrões não configura equiparação salarial de nenhuma espécie, restando mantidas as demais especificações de origem de cada cargo.

Art. 2º Fica estabelecida a nova tabela salarial correspondente a cada padrão, conforme Anexo II.

§1º A diferença para o novo padrão salarial de cada cargo será implementada da seguinte forma:

- a) 10% em agosto de 2026, acrescida da inflação do período;
- b) 15% em agosto de 2027, acrescida da inflação do período, totalizando 25% da diferença;
- c) 15% em agosto de 2028, acrescida da inflação do período, totalizando 40% da diferença;
- d) 15% em agosto de 2029, acrescida da inflação do período, totalizando 55% da diferença;
- e) 22,5% em agosto de 2030, acrescida da inflação do período, totalizando 77,5% da diferença; e
- f) 22,5% em agosto de 2031, acrescida da inflação do período, totalizando 100% da diferença.

§2º A implementação do novo padrão salarial acarretará na redução proporcional da Parcela Autônoma Especial dos cargos que a auferem.

§3º Até sua extinção, fica mantido o caráter indenizatório e não incorporável aos vencimentos da Parcela Autônoma Especial.

Art. 3º Os vencimentos dos cargos, presentes nesta Lei, serão atualizados conforme tabela salarial (Anexo II), vigente em agosto de 2025 e serão reajustados nos mesmos percentuais concedidos a título de reposição inflacionária e aumento real aos servidores do Município de Caxias do Sul.

Art. 4º Ficam inalteradas as especificações dos cargos já estabelecidas em suas respectivas leis de criação: nomenclatura, síntese dos deveres, condições de trabalho, requisitos para provimento e lotação.

Art. 5º Ficam inalterados os níveis estabelecidos nos sistemas de classificação de cargos dos Quadro de Provimento Efetivo, previstos nas legislações municipais, conforme a complexidade dos serviços e escolaridade necessária para o desempenho dos mesmos.



Art. 6º Fica extinta a Parcela Autônoma Especial prevista na Lei Complementar Nº 506, de 31 de março de 2016, após a implementação de 100% da nova tabela salarial.

Art. 7º A redefinição de padrão aos aposentados e pensionistas do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS) será efetuada desde que atendidos os requisitos legais e mediante requerimento próprio.

§ 1º O requerimento de revisão do padrão deverá ser protocolado no IPAM pelo inativo ou pensionista, ou seu representante legal, em formulário próprio, até 31 de julho de 2026, para que tenha efeitos financeiros nas datas e nas parcelas dispostas no § 1º do art. 2º desta lei.

§ 2º Para os requerimentos que forem protocolados após 31 de julho de 2026, aplicar-se-á o percentual de reajuste vigente nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” ou “g” do § 1º do art. 2º desta lei no momento do protocolo, com efeitos financeiros retroativos à data do protocolo.

§3º Compete ao órgão previdenciário a análise do atendimento dos requisitos legais, como o direito à paridade, para a implementação do novo padrão para os aposentados e pensionistas.

Art. 8º Dá nova redação aos incisos II e III do art. 131, § 1º da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 131...

...

II – cem por cento (100%) do vencimento base do padrão vinte e sete (27) quando integrarem a comissão executiva, cabendo ao presidente da comissão um acréscimo de dez por cento (10%) do vencimento base do padrão vinte e sete (27). (NR).

III – sessenta por cento (60%), do vencimento base do padrão vinte e sete (27) quando integrarem a banca examinadora. (NR)”

Art. 9º O disposto na presente Lei Complementar integrará o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber, em conformidade com as normas constitucionais e legais aplicáveis à gestão orçamentária e financeira do setor público.

Art. 10. Servirá de medida de compensação ao constante desta Lei Complementar, em atendimento ao § 5º do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a extinção dos cargos vagos criados pela Lei nº 2.267, de 31 de dezembro de 1975, e legislação superveniente, alteradora ou modificativa da espécie, sendo: 06 (seis) Mestres de Instalação, 04 (quatro) Carpinteiros, 03 (três) Técnicos em Tratamento de Água, 15 (quinze) Operários e 08 (oito) Serviçais.

Art. 11. Fica vedada a convocação de servidor para prestar serviço extraordinário em número de horas que excedam:

I - 30 (trinta) horas extras mensais para servidores com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas;

II - 20 (vinte) horas extras mensais para servidores com carga horária semanal de 24 (vinte e quatro), 33 (trinta e três) e 36 (trinta e seis) horas; e



III – 10 (dez) horas extras mensais para servidores com carga horária semanal de 20 (vinte) horas.

Parágrafo único. Para fins de aplicação dos limites estabelecidos neste artigo, será considerada a carga horária total do servidor, incluídas as horas decorrentes de adesão a regime complementar de trabalho, quando houver.

Art. 12. A implementação escalonada das diferenças para os novos padrões salariais, na forma prevista no art. 2º, § 1º, fica condicionada à verificação do total da despesa com pessoal realizada no exercício imediatamente anterior ao da respectiva atualização, o qual não poderá ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo único. Caso a despesa com pessoal exceda o limite previsto no caput, o cronograma de implementação das diferenças será prorrogado por 12 (doze) meses.

Art. 13. Esta Lei Complementar dependerá de referendo expresso pela legislatura subsequente, a ser realizado no prazo máximo de 06 (seis) meses contados do início do novo mandato parlamentar, como condição de sua eficácia e continuidade.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 2026.

Caxias do Sul, em

PREFEITO MUNICIPAL